



Senadores pedem informações sobre acordo com União Europeia

Negociações para criação de livre comércio com o Mercosul geram preocupação de possível prejuízo para o Brasil com a abertura excessiva do mercado nacional

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem requerimento de informações para o governo revelar o que está sendo negociado entre União Europeia e Mercosul. Roberto Requião adverte que a intenção dos países europeus é apenas vender produtos industrializados, o que poderia prejudicar

o Brasil. O presidente da comissão, Ricardo Ferraço, lembrou que semana que vem o ministro do Desenvolvimento comparecerá ao Senado para falar do Mercosul.

O colegiado ouviu o embaixador da França, Denis Pietton, que falou sobre o interesse do país em ajudar o Brasil a se tornar uma potência mundial. **8**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Pietton fala a Ferraço sobre perspectivas de cooperação nas áreas de energia, construção de satélites e supercomputadores

Comissão quer que genéricos veterinários sejam regulamentados 5

Gleisi propõe mudar MP 630, sobre contratos diferenciados 4

Decisão da Justiça sobre fundo Aerus é bem recebida por senadores 6

Pedro Franco/Agência Senado



Eduardo Lopes (E) assumirá o Ministério da Pesca e Aquicultura, atualmente conduzido por Marcelo Crivella

Eduardo Lopes será ministro da Pesca

Mudança faz parte da reforma ministerial anunciada ontem pela presidente Dilma Rousseff. Outros cinco ministros também serão substituídos: do Desenvolvimento Agrário; das Cidades;

Moreira Nizam/Agência Senado



da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e do Turismo. Lopes é suplente do atual ministro da Pesca, Marcelo Crivella, que reassumirá a vaga no Senado. **2**

Parlamentares têm pressa para renegociar dívidas dos estados 3

Boate Kiss: comitiva cobra reabilitação e remédios para sobreviventes 6

Polêmica adia votação de parecer sobre cargos vitalícios no STF 7

Livres de amarras, as mulheres vão mais longe

Março: Mês da Mulher

Para que haja igualdade de gênero, é preciso que mulheres e homens recebam o mesmo tratamento pela sociedade. Entenda como a Procuradoria Especial da Mulher atua para que as cidadãs brasileiras tenham cada vez mais liberdade e autonomia, acessando www.senado.leg.br/procuradoria.

Eduardo Lopes será o novo ministro da Pesca

Suplente do senador Marcelo Crivella, Eduardo Lopes assume a pasta na última reforma ministerial anunciada pela presidente Dilma Rousseff. Crivella volta a ocupar a vaga no Senado

O SENADOR EDUARDO Lopes (PRB-RJ) assumirá o comando do Ministério da Pesca e Aquicultura, atualmente conduzido pelo também senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), de quem é suplente. Após dois anos no cargo, Crivella vai agora reassumir a vaga no Senado.

A mudança faz parte do anúncio feito pela presidente Dilma Rousseff na tarde de ontem. Outros cinco ministros também serão substituídos: o do Desenvolvimento Agrário; o das Cidades; o da Ciência, Tecnologia e Inovação; o da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e o do Turismo.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, atualmente ocupado por Pepe Vargas, será assumido pelo ex-presidente da Petrobras Biocombustível Miguel Rossetto, que já ocupou a pasta no governo Lula. Na pasta das Cidades, o vice-presidente de Governo da Caixa Econômica Federal, Gilberto Occhi, substituirá o atual ministro, Aguinaldo Ribeiro.

Clelio Campolina Diniz, reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), será o novo titular do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação



Mudanças anunciadas ontem pela presidente Dilma envolvem seis ministérios

no lugar de Marco Antonio Raupp.

Neri Geller, hoje secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, será o substituto de Antônio Andrade na pasta. Para o lugar de Gastão Vieira no Ministério do Turismo, a presidente anunciou o gerente de Assessoria Internacional do Sebrae, Vinicius Nobre Lages.

Os novos ministros tomarão posse na segunda-feira, às 17h. De acordo com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Dilma Rousseff agradeceu a dedicação e o empenho dos seis ministros que estão saindo e disse que eles continuarão contando

com o apoio e a confiança dela.

Essa é a segunda etapa da reforma ministerial, iniciada há pouco mais de um mês. Gleisi Hoffmann, Alexandre Padilha e Helena Chagas saíram, respectivamente, da Casa Civil, da Saúde e da Secretaria de Comunicação Social. Aloizio Mercadante assumiu o lugar de Gleisi e foi substituído na Educação por José Henrique Paim. Já a pasta da Saúde foi ocupada por Arthur Chioro, e Thomas Traumann assumiu a Secom.

Os membros do primeiro escalão começaram a deixar os cargos para se candidatarem às eleições de outubro.

(Com informações da Agência Brasil)

Cidinho Santos assume vaga de Blairo Maggi

O senador Cidinho Santos (PR-MT) reassumiu o mandato parlamentar ontem. O expediente foi lido por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR),

que presidia a sessão plenária.

Cidinho, 45 anos, empresário nascido em Janiópolis (PR), é suplente de Blairo Maggi (PR-MT), que tirou licença de 120

dias para tratar de interesses particulares. Esta é a segunda vez que Cidinho assume a vaga do titular. A primeira substituição ocorreu em 2012.

Senado imprimirá material da Câmara do DF

A Gráfica do Senado imprimirá documentos e publicações institucionais da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), gerando R\$ 700 mil de receita nos próximos 12 meses. O termo de cooperação técnica foi assinado ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelo presidente da CLDF, deputado distrital Wasny de Roure.

— A utilização do nosso parque gráfico, pela qual o Senado será remunerado, se insere na diretriz que imprime nesta Casa, de fazer mais com menos. O propósito tem sido cortar despesas desnecessárias, racionalizar nossos custos e otimizar nossa capacidade produtiva — disse Renan.

Wasny de Roure explicou que há demanda de impressão de materiais relacionados ao trabalho diário da CLDF, além

daqueles de natureza urbana e os relacionados ao cumprimento da lei orgânica. A Gráfica produzirá impressos para a comunicação direta entre o Legislativo distrital e a população. O acordo veta impressão de material eleitoral.

— A contratação desse serviço é bom para a CLDF, que terá uma tecnologia de ponta e poderá imprimir em larga

escala — afirmou Wasny.

A Gráfica do Senado tem acordos semelhantes com o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas da União, o Superior Tribunal de Justiça e a Universidade de Brasília. Além disso, imprime em larga escala a Constituição federal — inclusive em braile, em inglês e em espanhol.



Wasny (E) e Renan participam da assinatura do acordo com outras autoridades

Cristovam e Requião defendem reformas propostas por Jango

Os 50 anos do comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, completados ontem, foram lembrados nos pronunciamentos dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Roberto Requião (PMDB-PR). O evento é apontado como um dos fatos que precipitaram o golpe militar de 1964, porque nesse comício o então presidente João Goulart defendeu as chamadas reforma de base.

Ontem, Cristovam anunciou a apresentação de três projetos de lei, relativos à reforma agrária, à restrição da remessa de lucros ao exterior por empresas multinacionais e ao aprimoramento do sistema de educação pública.

O senador disse que o resgate dos temas é uma forma de homenagear todos os brasileiros que lutaram, na década de 1960, pelas reformas de base anunciadas pelo presidente João Goulart.

— A reforma agrária teria deixado o Brasil com uma cara completamente diferente e melhor hoje do que



Senado fez em 2013 a devolução simbólica do mandato de Jango

a que nós temos, mas não fizemos. Preferimos dar um golpe militar para impedir aquela reforma e ela foi impedida — lamentou.

Requião também propôs trazer de volta ao debate as propostas de reforma agrária e restrição de remessa de lucros ao exterior.

— Hoje sabemos que pesquisas da época mostravam que 85% da população desejava a permanência de João Goulart na Presidência e que a oposição se reduzia a 15% de senhoras marchadeiras que ocuparam, com a cobertura generosa da imprensa ligada às multinacionais, as ruas do país — disse.

LOBÃO É O CONVIDADO DO PROGRAMA RÁDIO SHOW!, DA RÁDIO SENADO

O convidado desta semana do programa *Rádio Show!*, da Rádio Senado, é Lobão, com o concerto *Lino, Sexy & Brutal*, gravado no Citibank Hall, em São Paulo, em 2011.

Multi-instrumentista, cantor e compositor,

Lobão se notabilizou como um dos mais polêmicos e atuantes artistas de sua geração. *Rádio Show!* vai ao ar aos sábados, às 21h, com reprise às segundas, às 23h, e às sextas, às 3h.

ESCAPISMO NA OBRA DE MANUEL BANDEIRA VAI AO AR AMANHÃ

O tema do programa *Encantos de Versos de amanhã*, às 9h, na Rádio Senado, é o escapismo na obra do poeta pernambucano Manuel Bandeira. Além do poema *Vou-me Embora pra Pasárgada*, o programa (que

tem reprise no domingo, às 16h) traz sucessos musicais de Jessé (*Voa Liberdade*), Luiz Melodia (*Diz que Fui por Ai*), Gilberto Gil (*Vamos Fugir*) e da dupla Marisa Monte e Zeca Pagodinho (*Preciso me Encontrar*).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h A sessão de hoje é destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

CDR Fortalecimento da Sudene

8h30 Seminário para estabelecer medidas que fortaleçam a Sudene será feito pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. O evento contará com a participação das bancadas do Nordeste no Congresso, de governadores e presidentes das assembleias legislativas da região e de entidades e lideranças econômicas regionais. O seminário acontecerá no Hotel Golden Tulip Recife Palace (PE) com a colaboração do superintendente da Sudene, Luiz Gonzaga Paes Landim, e de técnicos e dirigentes.

CRA Extensão rural

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove seminário sobre o serviço de orientação técnica aos agricultores e o papel da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), na Expodireto Cotrijal 2014, feira internacional que acontece na cidade de Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Adiamento da votação de emendas ao projeto que troca IGP-DI pelo IPCA como indexador preocupa parlamentares, que discursam sobre a fragilidade das finanças estaduais e municipais

Dívidas dos estados exigem urgência, dizem senadores

SENADORES DISCURSAM, NA quarta-feira, sobre o adiamento da votação das emendas ao projeto que muda as regras de atualização das dívidas de estados e municípios (PLC 99/2013 — Complementar). A proposta troca o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) mais juros anuais de até 9% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4%, não podendo ultrapassar a taxa Selic.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), anunciou adiamento para o dia 26. O objetivo é aguardar reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) sobre o tema, no dia 20.

Paulo Paim (PT-RS) lembrou que o projeto é do governo e chegou ao Senado após amplo

acordo na Câmara. Ele disse que os estados vão continuar buscando a renegociação.

— Manter uma agiotagem dessas da União sobre os estados, para mim, é crime. Não tem mais lógica nós continuarmos enrolando — disse.

Ana Amélia (PP-RS) tem receio de que a proposta não tenha o resultado esperado.

— O Rio Grande do Sul tem uma situação financeira extremamente delicada. Por isso, trago o problema ao Plenário.

Walter Pinheiro (PT-BA) criticou a resistência de setores do governo em relação à aprovação da proposta e ressaltou que o consumidor é que acaba “pagando a conta”.

— Isso não pode ser tratado desse jeito. Não é só a questão da dívida. É questão do desenvolvimento econômico de cada estado. Nós temos

que viver de desenvolvimento econômico — reclamou Pinheiro.

O PLC 99/2013 já estava sendo analisado no Plenário, mas recebeu três emendas e, por decisão dos senadores, foi encaminhado à CCJ e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para que as mudanças propostas fossem analisadas. Somente após decisão das comissões, voltará a ser votado no Plenário.

Se o projeto for aprovado pelo Senado com uma alteração feita pelo relator na CCJ, Luiz Henrique (PMDB-SC) — a ideia é incluir a convalidação, pelo Confaz, dos incentivos fiscais concedidos por estados e municípios —, terá que voltar a ser examinado pela Câmara. Dessa forma, demoraria mais para o novo índice de correção das dívidas entrar em vigor.



Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Vital (D) anuncia o adiamento, que tem sido criticado por senadores

Subcomissão discute problemas das cidades em Natal

A reforma urbana foi o tema de debate promovido ontem pela Subcomissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, ligada à Comissão de Infraestrutura (CI). O evento, que ocorreu em Natal, reuniu cerca de 150 líderes para discutir, entre outros assuntos, a questão das metrópoles.

Após o debate, o presidente da subcomissão, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), disse à Agência Senado que, nas regiões metropolitanas, as cidades estão ligadas não

apenas pelo transporte, mas também por serviços, como o de saneamento, lixo, água, esgoto. O que falta, muitas vezes, assinalou Inácio, é um planejamento entre os municípios para a realização desses serviços.

— Você não tem planejamento conjunto. Cada uma faz do jeito que considera melhor. Falta um debate mais apurado com a coletividade e mesmo com os governos — disse o senador.

O debate em Natal foi o pri-

meiro de 11 eventos previstos pela subcomissão para cidades de todas as regiões do país. Os próximos devem acontecer em Curitiba e Porto Alegre, em 20 e 21 de março.



Para Inácio, debates são oportunidade de buscar soluções para as cidades

Seminário vai debater fortalecimento da Sudene

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promove hoje seminário para debater o fortalecimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no contexto do desenvolvimento regional.

O evento será aberto pelo presidente da CDR, senador Antonio Carlos Valadares

(PSB-SE), e pelo superintendente da Sudene, Luiz Gonzaga Paes Landim, às 8h30, no Recife.

Participam do seminário o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE); o ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira; e o professor Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho. Em seguida, governadores

da região de atuação da Sude- ne; a assessora da Presidência do BNDES Helena Maria Martins Lastres; e os presidentes do Banco do Nordeste (BNB) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ary Joel de Abreu Lanzarin e Robson Braga de Andrade, respectivamente, também farão exposições sobre o tema.



Pedro Franco/Agência Senado

Raupp sugere MP para reconstrução de Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) relatou na quarta-feira o prejuízo de Rondônia com as cheias do Rio Madeira e pediu um plano de ação que seja capaz de recuperar e manter a atividade econômica. Temendo principalmente a perda de empregos, Raupp pediu ao Sebrae e aos bancos oficiais que deem apoio aos empreendedores.

— A situação é triste, dramática e é desesperadora. São mais de 2 mil famílias desabrigadas, 15 mil alunos deixando de frequentar escola, mais de 11 mil pessoas desabrigadas. Não há tempo de espera, mas, sim, de ação.

Raupp também pediu à presidente Dilma Rousseff a edição de uma medida provisória para recuperar Rondônia, voltada especialmente para a reconstrução das cidades de Porto Velho, Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Rolim de Moura.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Gurgacz elogia assistência a vítimas de cheia

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) elogiou ontem, em pronunciamento no Plenário, o trabalho de socorro e de assistência às vítimas da enchente no Rio Madeira, em Rondônia, a maior já registrada em toda a história.

Agora, segundo o senador, é preciso manter a vigilância, fiscalizar a aplicação do dinheiro liberado pelo governo para atender as áreas atingidas e cobrar um plano de reconstrução do estado.

Gurgacz está preocupado com o impacto da enchente sobre a agricultura. O estado, relatou ele, vivia um crescimento da atividade agrícola, com aumento da produção em quase todas as culturas. Agora, haverá quebra na safra e perdas em praticamente todas as culturas, previu.

Segundo o senador, as enchentes já causaram um prejuízo de cerca de R\$ 1 bilhão só em Porto Velho.

Rolleberg critica plano que altera Brasília

O senador Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) criticou o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), que, para ele, consiste em agressão à cidade e à qualidade de vida dos habitantes em nome de “interesses financeiros inconfessáveis”. Ele pediu respeito ao conjunto urbanístico da capital federal, que é patrimônio da Humanidade tombado pela Unesco, e acusou o governo distrital de se recusar a dialogar com a sociedade civil.

— A população do Distrito Federal está assombrada com a ousadia do governo do Distrito Federal, com a perspectiva de que só se pensa em arrecadar, só se pensa em dinheiro e não se tem o menor compromisso com a qualidade de vida dessa cidade, com o futuro do Distrito Federal — protestou Rolleberg.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Eunício pede atenção para a Sudene e o Dnocs

Eunício Oliveira (PMDB-CE) pediu ao governo mais atenção à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs). Devido à experiência que têm no combate à seca, ele entende que os dois órgãos não podem ficar do jeito que estão: praticamente abandonados.

Eunício acredita que a revitalização dos órgãos é fundamental para diminuir as desigualdades regionais, porque a atuação deles garante ao Nordeste uma melhor condição de vida e de desenvolvimento.

— Eu estive em Israel, onde chove 10% apenas do que chove no Nordeste, e eles encontraram uma solução. Por que não encontramos essa solução para o que agoniza o Nordeste, especialmente o meu Ceará? — indagou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Empresa poderá construir e operar obra pública

Substitutivo de Gleisi Hoffmann à MP 630, que altera o Regime Diferenciado de Contratações, ainda dispensa vinculação de preços às tabelas da construção civil

A SENADORA GLEISI Hoffmann (PT-PR) incluiu na MP 630/2013, que altera o Regime Diferenciado de Contratações (RDC), a possibilidade de a empresa contratada também ser responsável, por até cinco anos a partir da entrega da obra, por serviços de manutenção ou operação.

Conforme o substitutivo da senadora, as contratações integradas ficarão dispensadas de usar as tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) e do Sistema de Custos Rodoviários (Sicro). Atualmente, essas tabelas servem de parâmetro para as licitações de obras e serviços e são usadas como base para os órgãos de fiscalização analisarem possível sobrepreço ou superfaturamento.

Pelo texto, o valor estimado

da contratação integrada será calculado com base em valores praticados pelo mercado, pagos pelo governo em licitações similares ou na avaliação do custo global da obra, examinada por orçamento sintético ou por estimativa.

A ganhadora da licitação por contratação integrada não precisará mais apresentar planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários e do detalhamento das bonificações e despesas indiretas (BDI) e dos encargos sociais adequados ao lance vencedor.

Técnica e preço

A relatora manteve o fim da contratação por técnica e preço como pré-requisito para a contratação integrada, para permitir que todas as etapas da licitação (projetos básico



Gleisi manteve o fim da contratação por técnica e preço como pré-requisito

e executivo e execução) sejam feitas pela mesma companhia.

— O quesito de técnica e preço tem servido mais para restringir o mercado do que para garantir melhor técnica — disse Gleisi.

Segundo a relatora, a análise tem ficado restrita às obras já realizadas pelas candidatas,

excluindo novas empresas.

Pela MP, a obra precisa obedecer a, pelo menos, uma das seguintes condições para ser feita de forma integrada: inovação tecnológica ou técnica; possibilidade de execução com diferentes metodologias ou possibilidade de execução com tecnologias de domínio

restrito no mercado. O parecer manteve a exigência legal da justificativa técnica e econômica para a contratação integrada.

Seguro-garantia

Em outro ponto do substitutivo, Gleisi Hoffmann incluiu a possibilidade de as empresas garantirem até 30% do valor do contrato para retomar a obra quando a administração deixar de pagá-las. O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou a medida por não tornar obrigatório o seguro-garantia e não estabelecer uma porcentagem fixa às companhias.

O parecer também define que a remuneração ao contratado pela economia de gastos se restringirá às despesas de custeio.

(Da Agência Câmara)



Programa de Aceleração do Crescimento não funcionou, diz Flexa

Para Flexa Ribeiro, Dilma deve respostas ao povo brasileiro

O governo federal deve respostas para o povo em várias áreas, como saúde, transporte, segurança pública e energia, disse na quarta-feira o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Ele também criticou em Plenário a gestão da política econômica e a crescente inflação.

— A presidente Dilma concluirá seu mandato como a presidente que obteve o menor crescimento econômico desde o governo do presidente Collor. O PAC, que deveria acelerar o crescimento, simplesmente não funcionou — criticou o senador.

Ele também cobrou mais discussão sobre a reforma política e a desvalorização da Petrobras. O senador observou que a Petrobras hoje vale menos da metade do que valia em 2010.



Senador destaca propostas que incentivam empreendedorismo

José Agripino: apostar na juventude é algo moderno e permanente

Apostar na juventude é uma coisa moderna e permanente, disse José Agripino (DEM-RN) na quarta. O senador lembrou que prometeu, durante a campanha de 2010, que dedicaria seu atual mandato (o quarto) à juventude.

Ele destacou projetos de sua iniciativa que têm o objetivo de estimular o empreendedorismo, como o PLS 321/2012, que trata de um sistema de suporte fiscal a empresas *start-ups* que faturem até R\$ 120 mil por ano, e o PLS 437/2012, que disciplina a criação e a organização das empresas juniores — associações com funcionamento nas universidades. Também citou o PLS 54/2014, sobre incentivo fiscal ao investidor-anjo que amparar talentos individuais de jovens empreendedores.



Alvaro defende fiscalização pelo TCU de todos os eventos internacionais

Brasil é campeão de superfaturamento, diz Alvaro Dias sobre a Copa

Por terem sido executadas e pagas pelos estados, as obras de mobilidade urbana e dos estádios da Copa do Mundo não podem ser fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mesmo tendo sido financiadas com recursos federais, disse Alvaro Dias (PSDB-PR). Para evitar igual situação, o senador defendeu o projeto dele (PLS 84/2014) que prevê a fiscalização de custos das obras de eventos internacionais pelo TCU.

— Hoje, é impossível penalizar os responsáveis pelo superfaturamento de algumas obras, como o Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília, que tinha o custo inicialmente previsto de R\$ 700 milhões, mas já chegou ao custo de R\$ 2 bilhões — disse.



Representante da Receita prometeu regulamentação, afirma Ana Amélia

Regras para free shop em cidades-gêmeas saem este ano

Ana Amélia (PP-RS) informou que até o fim do ano deve ser regulamentada a lei que cria free shops nas cidades-gêmeas — as cidades vizinhas localizadas na fronteira entre países.

Segundo a senadora, a promessa foi feita pelo representante da Receita Federal, Luis Felipe Reche, em audiência sobre o tema na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A senadora ressaltou que, de acordo com o representante da Receita, será necessário ainda ouvir o Ministério da Integração Nacional e as prefeituras dos municípios para finalizar a regulamentação da matéria.

— O meu Rio Grande do Sul faz fronteira com Uruguai e Argentina e, então, o tema é relevante — disse a senadora.



Para Jayme, usuário vai arcar com a maior parte das melhorias na estrada

Jayme Campos aponta abusos no contrato de concessão da BR-163

O senador Jayme Campos (DEM-MT) criticou o contrato de concessão à iniciativa privada de trecho da rodovia BR-163, entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, assinado na quarta-feira. Pelo documento, a cobrança de pedágio terá início com apenas 10% das obras, entre elas a duplicação, e serviços concluídos, informou.

Para Jayme, vai ser o usuário da rodovia que irá arcar com praticamente todas as melhorias a serem implementadas. O senador disse ainda que neste ano estão previstas apenas pequenas melhorias, como as operações tapa-buracos. Ele lamentou que Mato Grosso sofra com a falta de infraestrutura para o escoamento da produção do agronegócio.

Siga Brasil

É simples acessar

Criado pelo Senado, o **Siga Brasil** é um sistema de informações sobre **orçamento público** que permite acesso amplo e facilitado a diversas bases de dados da administração federal.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/sigabrasil

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

Regulamentação de lei de 2012 que estabelece a fabricação e o registro de genéricos para uso veterinário ainda não está pronta

Audiência discutirá regulamentação para medicamentos veterinários

NO INÍCIO DA reunião de ontem da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), os senadores cobraram a regulamentação da Lei 12.689/2012, que trata da fabricação e registro de medicamentos genéricos de uso veterinário. A lei foi sancionada em julho de 2012, após sete anos de tramitação no Congresso, mas na prática ainda não produz efeitos.

O presidente da CRA, Benedito de Lira (PP-AL), explicou que, para uso humano, há diversos laboratórios fabricando produtos genéricos e convencionais. Para uso veterinário, porém, o mercado é controlado por um pequeno número de grandes empresas.

— É lógico que não há interesse dessa indústria farmacêutica [na produção de genéricos], mas não estamos aqui para trabalhar por essa indústria, e sim para trabalhar em benefício da pecuária brasileira — disse.

Ao reforçar os argumentos de Benedito de Lira, Waldemir Moka (PMDB-MS) contou que, durante a tramitação do projeto, era frequente o lobby dos grandes laboratórios pela rejeição do texto. O presidente da CRA teme que a pressão que não conseguiu barrar o projeto agora esteja impedindo



Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Benedito de Lira vê interesses industriais na falta de regulamentação

a regulamentação da lei.

— Essa lei se encontra nas gavetas do Ministério da Agricultura, sem absolutamente nenhuma manifestação do ministério — afirmou Benedito.

O parlamentar relatou apelos feitos a ministros e secretários da pasta desde a sanção da lei, sem sucesso. Como nova tentativa para buscar a regulamentação, os senadores aprovaram requerimento para realização de audiência pública sobre o tema, com autoridades do ministério e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Na opinião do senador Ruben

Figueiró (PSDB-MS), se a situação permanecer inalterada após a audiência pública, a CRA poderá acionar a Justiça para que o governo federal seja obrigado a regulamentar a lei. A iniciativa foi apoiada pelos senadores Acir Gurgacz (PDT-RO), Cyro Miranda (PSDB-GO), Ana Amélia (PP-RS) e Jayme Campos (DEM-MT).

Enchentes

Também foi aprovado na reunião de ontem requerimento de Acir Gurgacz para a realização de audiência pública sobre as providências para recuperação das áreas

afetadas pelas enchentes do Rio Madeira e afluentes. O senador quer saber como o governo federal e os governos dos estados atingidos estão se preparando para enfrentar as perdas nas lavouras e criações nas áreas alagadas.

— Essa audiência pública é para nos prepararmos para o pós-enchente. Muitas pessoas perderam suas casas, perderam sua produção e sua renda. Queremos ouvir dos representantes dos ministérios como vamos reconstruir essa região, que foi afetada pela enchente do Rio Madeira — disse o senador por Rondônia.

Catador de marisco pode ter apoio durante defeso

Catadores de mariscos e caranguejos poderão passar a receber o seguro-desemprego durante períodos de defeso. A ampliação da lei em vigor, que já prevê o benefício a pescadores artesanais, está prevista em projeto aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Períodos de defeso são adotados para proibir a captura nas épocas de reprodução das espécies e garantir a sustentabilidade delas, conforme o Ministério da Pesca e Aquicultura. Para as famílias que vivem da pesca e ficam sem sustento nessas épocas, a Lei 10.779/2003 prevê o seguro-desemprego, no valor de um

salário mínimo mensal, para pescadores artesanais licenciados pelo ministério.

Com o projeto (PLS 491/2013), o autor, senador Mário Couto (PSDB-PA), quer modificar a lei para incluir catadores de mariscos e caranguejos, que deverão estar registrados nas colônias de pesca de suas regiões para terem acesso ao seguro. A proposta prevê, ainda, que o período de defeso fixado para a atividade pesqueira pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) passe a contemplar as espécies de caranguejos e mariscos.

Em voto favorável, o relator,



Mário Couto quer modificar lei do seguro-desemprego para beneficiar catadores

senador Benedito de Lira (PP-AL), acredita que a proposta ajudará a normatizar o exercício profissional dos catadores e permitirá o rearranjo da produção, organizando o

trabalho desses profissionais em função da sazonalidade.

O projeto segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão final.

Comissão faz hoje seminário sobre extensão rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promove hoje seminário sobre o serviço de orientação técnica aos agricultores e o papel da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). O evento será na Expodireto Cotrijal 2014, feira internacional que

acontece na cidade de Não-Me-Toque (RS).

O seminário, proposto por Ana Amélia (PP-RS), integra ciclo de debates promovido pela comissão nos estados. Segundo a senadora, a feira reúne expositores do Brasil e de 77 países, revelando o esforço dos agricultores, especialmente

os cooperativados, para modernizar e tornar mais competitiva a agropecuária brasileira.

Com o seminário, Ana Amélia quer discutir as políticas do governo federal para fortalecer a extensão rural no Brasil.

— Não adianta termos excelência na pesquisa agropecuária, desenvolvermos grandes

projetos, se não chegam ao conhecimento dos agricultores, porque a extensão rural não existe — observou.

Ao elogiar a iniciativa, o senador Waldemir Moka (PMDB-MS) lembrou a importância da extensão rural para levar novas tecnologias a pequenos e médios produtores rurais.

Maldaner defende adoção de Simples para vinho e cerveja

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a aprovação de projeto de sua autoria, em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que permite que pequenas empresas de vinho e de cervejas artesanais possam aderir ao Simples Nacional.

Pela legislação atual, essas empresas, apesar de pequenas, não podem ter acesso ao programa (que reduz e simplifica a forma de arrecadação de impostos) porque produzem bebida alcoólica.

Ele lembrou que a alta carga tributária castiga o empreendedor e que impostos e taxas representam 65% do preço total do vinho vendido no supermercado.

— Temos como consequência uma aberração mercadológica: os consumidores encontram nos supermercados vinhos importados com preços muito inferiores aos do concorrente nacional.



Maldaner diz que medida seria boa para a agricultura e o turismo

Wellington registra os 191 anos da Batalha do Jenipapo

Wellington Dias (PT-PI) informou que participará, na cidade piauiense de Campo



Maior, das comemorações dos 191 anos da Batalha do Jenipapo. Ocorrida em 13 de março de 1823, a batalha marcou a adesão do Piauí à independência do Brasil.

— Muita gente acha que bastou dom Pedro I levantar a espada e gritar “Independência ou morte”. Na verdade, brasileiros deram a vida em várias partes do país. A Batalha do Jenipapo culminou com a prisão do comandante português Fidié, que estava aqui para que a parte norte do Brasil permanecesse colônia de Portugal — disse o senador.

Wellington registrou os 57 anos do município de Capitão de Campos (PI), no dia 10, e celebrou a aprovação, pelo Senado, de requerimento para sessão especial, em 20 de março, em homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down.

Paim cobra remédios para sobreviventes da boate Kiss

Durante visita de comitiva ao local da tragédia, disse o senador, famílias denunciaram que também não estão sendo fornecidos equipamentos de reabilitação. Ofício será encaminhado ao governo gaúcho

MAIS DE UM ano após o incêndio que matou 242 pessoas e feriu 116 na boate Kiss, em Santa Maria (RS), os sobreviventes enfrentam problemas como falta de remédios e de equipamentos para reabilitação. A denúncia está em relatório de diligência sobre a atuação dos poderes públicos apresentado por Paulo Paim (PT-RS) na quarta-feira, em reunião da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Durante a diligência, feita em 21 de fevereiro, os familiares dos sobreviventes da tragédia, ocorrida em 27 de janeiro de 2013, denunciaram o problema. A CDH vai encaminhar ofício à Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul com pedido de normalização do fornecimento de medicamentos e dos equipamentos.

De acordo com Paim, os participantes da reunião de fevereiro defenderam a necessidade de mudança na legislação, com a participação nos

debates. O senador respondeu que a participação é possível por meio de audiências públicas na CDH ou em reuniões específicas.

Entre as propostas citadas no relatório de Paim, estão a minuta do Código Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico; a regulamentação das atividades dos corpos de bombeiros militares e civis, municipais e voluntários; a padronização dos procedimentos operacionais dos

bombeiros; e um programa educacional nas escolas.

Essas propostas, elaboradas em comissão especial do Senado, foram encaminhadas a comissão idêntica da Câmara e a um grupo de trabalho do Executivo coordenado pelo Ministério da Justiça. Na Câmara houve acordo para apresentação de emenda substitutiva global ao Projeto de Lei 2.020/2007, que está pronto para votação em Plenário desde julho do ano passado.



Parentes das vítimas fazem manifestações pela punição dos culpados

Simon explica gastos de saúde e sugere reflexão sobre privilégios

Pedro Simon (PMDB-RS) explicou ontem que não há irregularidade em tratamentos de saúde que fez e que foram pagos pelo Senado. Ele garantiu que os procedimentos foram recomendados por médicos e que apresentou todos os documentos exigidos. Não descartou, porém, uma decisão que resulte em cortes de gastos que atinjam também os senadores, e não só os funcionários da Casa.

— O noticiário dos últimos dias traz à tona a necessidade de uma reflexão sobre a moralidade de nós, parlamentares, termos privilégios tão distantes, em valores e consequente qualidade no atendimento, da grande maioria do povo brasileiro.

Simon deu os esclarecimentos sobre os gastos porque foi citado em reportagem de *O Estado de S. Paulo* como beneficiário de ressarcimento de gastos de R\$ 62.700 com implantes dentários em 2012. Ele lembrou que sempre abriu mão de verbas indenizatórias e que devolveu ao Senado R\$ 1,4 milhão destinado a passagens aéreas que não utilizou.



Moreira Mariz/Agência Senado

Suplicy comenta debate sobre avanço dos direitos da mulher

Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou a avaliação divergente da situação dos direitos da mulher no país conforme dois artigos publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo* no fim de semana. Os articulistas, informou o senador, analisam o avanço dos direitos das mulheres no Brasil.

No primeiro texto lido por Suplicy, a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, aponta importantes progressos nos últimos anos devido a ações do governo federal, como a criação do Ligue 180, para atendimento telefônico 24 horas por dia para mulheres em situação de violência.

No outro artigo, da associação Nós, Mulheres da Periferia, as autoras, as jornalistas Aline Kátia Melo e Bianca Pedrina, reivindicam a melhoria do sistema de transporte e de moradia nas grandes cidades, problema, segundo elas, que afeta especialmente mulheres pobres das periferias.

— Eleonora Menicucci, à frente da pasta das mulheres, no governo Dilma Rousseff, vem fazendo avançar o direito das mulheres, mas, pelo que aqui notamos, ainda falta bastante para que haja efetiva igualdade para homens e mulheres no Brasil — disse Suplicy.

Ana Rita elogia CNBB por tema da Campanha da Fraternidade

O tema da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) deste ano, tráfico humano, foi elogiado por Ana Rita (PT-ES). A senadora citou relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que aponta que o crime vitimiza no mundo todo 21 milhões de pessoas, sendo que 1,8 milhão está na América Latina. Diz ainda a OIT que 74% das vítimas são adultas, ou seja, 15,5 milhões de pessoas; 26% têm menos de 18 anos, representando 5,6 milhões de pessoas; a maioria, 55%, é mulheres; e 27% são crianças, sendo a maior parte meninas.

Ana Rita lembrou que, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o crime de tráfico humano movimenta US\$ 32 bilhões por ano em todo o mundo. Ela ressaltou que as vítimas encontram-se, em geral, em situação de vulnerabilidade pelas próprias condições econômicas. Ana Rita, que foi relatora da CPI que durante dois anos investigou o crime no país, disse que o tráfico de pessoas é uma ofensa aos direitos humanos e precisa ser combatido.



Moreira Mariz/Agência Senado



Moreira Mariz/Agência Senado

Após crise, a companhia foi vendida em 2006 por US\$ 24 milhões

Senadores comemoram decisão da Justiça que favorece aposentados da Varig

Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Ana Amélia (PP-RS) elogiaram a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de manter a condenação à União de pagar pelos danos causados à Varig em virtude do congelamento de tarifas aéreas entre outubro de 1985 e janeiro de 1992. O desfecho beneficia aposentados e pensionistas do fundo de pensão Aerus, que deixou de pagar benefícios e direitos.

Ana Amélia lamentou em discurso que cerca de 950 beneficiários do Aerus tenham morrido sem ver os direitos resgatados.

Paim acrescentou que

os 15 mil beneficiários que estão vivos recebem apenas 8% do que deveriam receber. Ele disse que a luta agora é agilizar o cumprimento da decisão para que a União pague os R\$ 3 bilhões, de acordo com cálculos da Advocacia-Geral da União, ou os R\$ 6 bilhões, segundo as contas dos credores.

— Esperamos de coração que não ocorra protelação no pagamento, pois é apenas uma questão de justiça. Os aposentados e pensionistas do Aerus, com idade, eu diria, de 75 para mais, grande parte com mais de 80 anos, não podem mais esperar — afirmou o senador.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Parecer contrário de Romero Jucá à PEC 58/2012, que fixa mandato de oito anos para os ministros do Supremo, foi alvo de intenso debate na CCJ e votação foi adiada



Carlos Humberto/SCO/STF



Genildo Magela/Agência Senado

Jucá (foto à direita) contestou proposta de Requião por entender que a rotatividade nos cargos de ministros do Supremo Tribunal Federal poderia gerar instabilidade sobre a jurisprudência do país

Fim da vitaliciedade no STF causa polêmica

O SENADOR ROMERO Jucá (PMDB-RR) apresentou na quarta-feira à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) parecer contrário à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 58/2012, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que acaba com a vitaliciedade no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) para fixar o mandato em oito anos.

— Reconheço que, em algumas partes do mundo, existe mandato para ministro do Supremo, mas entendo que a rotatividade de oito anos geraria instabilidade sobre a

jurisprudência nacional — declarou Jucá.

Houve debate entre os senadores, mas a decisão foi adiada até a próxima quarta-feira, porque Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu vista.

Pontos de vista

O ponto central da discussão é a prerrogativa de vitaliciedade assegurada aos membros do Poder Judiciário, além do viés político presente nas indicações, questões vistas de formas diferentes pelo autor e pelo relator. De acordo com a Constituição, os membros do STF são nomeados pelo

presidente da República, após aprovação da escolha pela maioria absoluta do Senado.

Romero Jucá acredita que a delimitação de mandato poderá comprometer a independência dos ministros do STF, direcionando seus julgamentos para atender os interesses de um governo que eventualmente possa acenar com a promessa de futuros cargos ou vantagens. Ele também considera “incongruente” retirar dos membros do Supremo uma prerrogativa mantida para os demais juízes.

Já o senador Roberto Requião sustenta que a instituição não

só se impõe como órgão essencialmente político, como também tem uma composição distinta das demais instâncias judiciais do país.

“A composição do tribunal não tem elementos que o caracterizem como parte da carreira da magistratura”, afirmou Requião ao justificar a PEC 58/2012.

Mudanças

A fixação de mandato para os ministros do STF, se aprovada, implicará outras mudanças na estrutura do tribunal, segundo a proposta, que elimina, por exemplo, a compulsoriedade

de aposentadoria aos 70 anos. Encerrado o mandato de oito anos, o juiz, membro do Ministério Público ou servidor público nomeado ministro do Supremo deverá voltar a exercer suas funções no órgão de origem.

A PEC 58/2012 proíbe ainda a recondução ao cargo a qualquer tempo; estabelece o cumprimento do restante do mandato por ministro substituto caso o cargo fique vago; e estipula as datas finais dos mandatos dos ministros empossados nas vagas abertas a partir da vigência da emenda constitucional.

Impunidade é rotina no Brasil, afirma Valadares

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou a rotina de impunidade no Brasil e disse que enfrentar a lentidão da Justiça é desafio nacional. Ele citou reportagem do *Correio Braziliense* de 21 de fevereiro sobre estatísticas de crimes contra a vida e lembrou que os tribunais estaduais julgaram somente 10,6% das ações de homicídios dolosos recebidas até 2009.

Valadares também criticou o “caráter perverso” do sistema prisional.

— Quando o cidadão toma conhecimento de um crime bárbaro e, logo a seguir, descobre que o criminoso tinha extensa ficha policial, a conclusão é iminente: os bandidos estão soltos. No entanto, nossos presídios estão abarrotados — declarou.

O senador também repercutiu críticas de juristas ao excesso de recursos judiciais, que contribui para a sensação de impunidade e estimula o cometimento de novos crimes.

Suplicy diz que protestos precisam ser pacíficos

Eduardo Suplicy (PT-SP) rebateu críticas publicadas nas redes sociais atribuindo a ele apoio a ações do movimento dos *black blocks*. Suplicy esclareceu que todas as suas manifestações sobre o tema tiveram o intuito de dissuadir o grupo de usar a violência.

— Não existe justificativa para a violência em qualquer circunstância, principalmente quando se trata de defender ideias. Ideias devem ser combatidas com ideias, ações como passeatas ou até, às vezes, algum tipo de desobediência civil — afirmou.

O senador citou exemplos de líderes que transformaram a sociedade sem usar a violência, como Mahatma Gandhi e Martin Luther King. E pediu que as manifestações usem meios pacíficos.

— Vamos reivindicar, mas respeitando o direito dos outros, o patrimônio público e privado. Assim as manifestações poderão angariar o respeito de toda a sociedade e atingir objetivos.

Amorim denuncia violência em Sergipe

Eduardo Amorim (PSC-SE) disse que em um fim de semana foram registrados 14 casos de homicídios no Sergipe. Além disso, houve acidentes com vítimas fatais e um assalto armado a ônibus. Ele lamentou a situação em uma região que há pouco tempo era uma das mais pacíficas do país.

Para o senador, a falta de pessoal na segurança pública é uma das causas do aumento da violência. Para atender os 75 municípios, disse, há 520 policiais militares, quando seriam necessários 8 mil. Além disso, são 142 delegados da polícia civil, número que, segundo Amorim, é insuficiente para prestar um serviço de qualidade à população.

— Alguns delegados são responsáveis por quatro delegacias. A maioria das delegacias do interior tem no máximo dois agentes e há localidades onde não há agentes — disse o parlamentar.

Amorim responsabilizou o governo estadual pelo quadro de insegurança.

Ferraço defende repasse direto ao fundo penitenciário

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu na quarta-feira projeto de sua autoria que muda a forma de gestão do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). O PLS 68/2014 permite a transferência dos recursos do fundo aos estados e ao Distrito Federal, sem a necessidade de convênios específicos.

— Minha proposta é garantir a transferência direta e mensal de pelo menos 60% da dotação orçamentária do Funpen para fundos penitenciários dos estados e do Distrito Federal, sem burocracia ou exigências descabidas — disse o senador, que criticou o contingenciamento desses recursos por parte do governo.

O repasse previsto no texto, segundo o senador, seria feito da mesma forma que o do Fundo de Participação dos Estados. Para ele, é preciso mais agilidade e menos burocracia para que os estados possam construir, reformar e manter seus presídios.

Ferraço alertou para o fato de o número de presos ter aumentado mais de 500% entre 1990 e 2012. Para ele, a superlotação e as condições desumanas a que os presos são submetidos contribuem para o aumento da violência.

O parlamentar explica que o projeto adapta à realidade um sistema que exige um meio célere de utilização de recursos. Ele lembra que o Brasil ocupa o 20º lugar entre os países onde há mais crimes de morte.



Moreira Mariz/Agência Senado

Valadares acredita que o excesso de recursos na Justiça contribui para a sensação de impunidade



Marcos Oliveira/Agência Senado

O senador dá como exemplos líderes pacifistas, como Mahatma Gandhi e Martin Luther King



Moreira Mariz/Agência Senado

A falta de pessoal na segurança pública é uma das causas do problema, segundo Amorim

Comissão quer dados sobre acordo com União Europeia

Poder Executivo deverá explicar negociações para criação de acordo de livre comércio com o Mercosul. Requião teme que Brasil saia prejudicado porque Europa pretende exportar produtos industrializados

AS NEGOCIAÇÕES PARA a criação de um acordo de livre comércio entre União Europeia e Mercosul deverão ser informadas, em detalhes, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de acordo com requerimento de informações ao Poder Executivo aprovado ontem pelo colegiado. Apresentado inicialmente por Roberto Requião (PMDB-PR), o requerimento acabou sendo de autoria de toda a comissão.

Segundo o senador, o Legislativo precisa saber como estão as negociações e conhecer as ofertas a serem apresentadas tanto pela União Europeia quanto pelo Mercosul.

— A Europa está quebrada e a saída é exportar produtos industrializados para o mundo. Eles querem a abertura definitiva de nosso mercado. Se cedermos além da medida, teremos a condenação do Brasil a ser definitivamente uma *plantation* — advertiu Requião.

O presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), disse que o momento era oportuno para o debate, pois, na próxima semana, comparecerá à comissão o novo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges, para falar sobre o Mercosul.

A CRE aprovou também a instituição de uma missão composta por três senadores para “verificar in loco o atual quadro de comoção social instalado na República Bolivariana da Venezuela, suas



Ideia de Requião (E) foi encampada pela comissão presidida por Ferraço (D)

consequências para os cidadãos brasileiros ali residentes e o reflexo para as cidades fronteiriças com a Venezuela”. O requerimento foi apresentado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

A proposta foi elogiada pela senadora Ana Amélia (PP-RS), que recordou as relações entre Roraima, estado pelo qual foi eleito Mozarildo, e a Venezuela. Requião informou que a situação da Venezuela será tema de reunião, na segunda-feira, da Mesa do Parlamento do Mercosul (Parlasul), da qual faz parte. Segundo o senador, há pré-entendimento para que o Observatório da Democracia do Parlasul acompanhe os acontecimentos naquele país.

Sem IPI para leite

A CRE emitiu ainda parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 4/2007, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), entre outros produtos, a

insumos e equipamentos necessários à produção de leite. O projeto, que foi aprovado pela CRE com voto contrário de Eduardo Suplicy (PT-SP), isenta ainda do Imposto de Importação as aquisições de cadeiras de rodas por pessoas com deficiência. O texto aprovado foi um substitutivo elaborado pelo relator, Cyro Miranda (PSDB-GO).

Durante a reunião de ontem, foi também aprovado requerimento de Ana Amélia para a realização de uma audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a fim de debater financiamentos a projetos de infraestrutura no exterior concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Também foram aprovados dois requerimentos de Ferraço para a realização de audiências públicas sobre o desenvolvimento do avião de transporte militar KC-390 e sobre o tráfico nacional e internacional de pessoas.

Embaixador diz que França quer ajudar Brasil a ser potência

Três meses depois do anúncio pelo governo brasileiro de sua opção pelos caças suecos Gripen para reequipar a Força Aérea, em detrimento do francês Rafale e do norte-americano F-18, o embaixador da França no Brasil, Denis Pietton, classificou o tema como “página virada”. Em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ele anunciou os três novos eixos da parceria estratégica entre os dois países: energia, satélites e supercomputadores.

Convidado a fazer uma exposição sobre o atual estágio das relações bilaterais, por iniciativa do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o embaixador ressaltou o papel a ser desempenhado pela transferência de tecnologia de seu país ao Brasil.

— O que nos interessa é que mais empresas francesas se instalem no Brasil e que elas concorram para concretizar a ambição do Brasil de ser uma potência mundial — afirmou.

O embaixador se referiu ao interesse das empresas francesas nas áreas de energia, de construção de satélites e de supercomputadores.

No setor de defesa, a França já coopera com o Brasil na produção de cinco submarinos — um dos quais será movido a propulsão nuclear. A França, segundo ressaltou Pietton, é o primeiro país nuclear a transferir esse tipo de tecnologia. O embaixador anunciou ainda que estão em andamento negociações para a construção de navios porta-aviões para a Marinha brasileira. A senadora Ana Amélia (PP-RS) perguntou se esse projeto poderia “compensar a frustração” dos franceses pela escolha dos Gripen.

— A senadora falou de frustração. Não usaria essa palavra. Pensamos que o Rafale é um excelente avião. O Brasil fez uma escolha que respeitamos, a página está virada — relatou.

Em resposta ao presidente da comissão, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o embaixador francês afirmou que os europeus estão prontos para a negociação de um acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul. Ele recordou, porém, que as negociações serão complexas e exigirão tempo para serem concluídas.



Denis Pietton discute as relações diplomáticas entre o Brasil e a França com senadores

Senadores irão à Holanda acompanhar investigações

Uma missão oficial de senadores deverá ir à Holanda para colaborar com a comissão externa da Câmara dos Deputados que vai acompanhar as investigações de denúncias de corrupção em contratos firmados entre a Petrobras e a empresa holandesa SBM Offshore para locação de plataformas marítimas. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que aprovou requerimento nesse sentido apresentado pelos senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Paulo Bauer (PSDB-SC).

“Devido ao caráter internacional da questão, estamos convencidos de que esta Comissão de Relações Exteriores tem o dever de acompanhar o desenrolar dos fatos com a maior proximidade possível”, afirmou Aloysio ao justificar a proposta.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apoiou o requerimento.

— Não consigo entender por que o governo se oporia ao aprofundamento da investigação — disse Requião.

Jayme considera pífio o desempenho da Petrobras

Para o senador Jayme Campos (DEM-MT), os lucros de R\$ 23,6 bilhões da Petrobras no ano passado, mesmo representando aumento de 11% em relação a 2012, escondem um pífio desempenho, porque foram piores que os de 2008, 2009, 2010 e 2011. E junto com o balanço de 2013, a Petrobras anunciou uma queda de 2,5% na produção de petróleo de 2012 para 2013 e um corte de 7% nos investimentos nos próximos cinco anos, afirmou o parlamentar em pronunciamento na quarta-feira.

Jayme disse que as ações da empresa caíram 20% e a dívida cresceu 50%. Ele considera a Petrobras, hoje, a empresa produtiva mais endividada do mundo, perdendo apenas para corporações financeiras.

— Os últimos aumentos da gasolina e do diesel não vão evitar o prejuízo de quase R\$ 18 bilhões, porque a empresa continua a cobrar pelo combustível menos do que paga no exterior — criticou.

Situação da Venezuela preocupa Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) alertou anteontem para o agravamento da situação de brasileiros na Venezuela, que têm sido submetidos a constrangimentos diversos e até a prisão. O senador relatou que isso acontece há muito tempo, mas a repressão às recentes manifestações teria provocado o aumento da rigidez na fiscalização de trânsito, atingindo roraimenses. Ontem, a CRE acatou propostas de Mozarildo para debater o assunto e enviar três senadores para uma visita àquele país.

O senador cobrou ainda solução para um impasse envolvendo mil brasileiros que vivem em Pacaraima, fronteira com a Venezuela. Eles ocupam uma área onde, por um acordo de 1989, não deveria haver construção. Para o senador, os países podem alterar o acordo.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ferraço defende atuação mais intensa do Itamaraty

O Itamaraty precisa resgatar o protagonismo que exerceu ao longo da história do país na implementação de políticas visando ao desenvolvimento econômico e social, defendeu Ricardo Ferraço (PMDB-ES). O senador quer uma participação mais intensa do Ministério das Relações Exteriores na orientação, coordenação e liderança da política externa e comercial brasileira.

Como exemplo do excelente trabalho realizado pelo Itamaraty, ele lembrou a atuação da Comissão Mista Brasil-EUA na década de 40, que resultou na construção da Companhia Siderúrgica Nacional ou, nos anos 70, a celebração do acordo com a Alemanha que permitiu a construção de centrais nucleares. Ferraço sugeriu ainda questões atuais para a reflexão do corpo diplomático brasileiro, tais como as perspectivas de obtenção pelo Brasil de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas ou a viabilidade da presença brasileira ser mantida em grupos como Brics, Ibas, G-20 e Mercosul.